

Identidade, História e Desafios da Universidade

Lino Rampazzo¹

Érica Barbosa Joslin²

Resumo: Este estudo procura analisar, antes de tudo, o tempo, o lugar e as modalidades da origem do Ensino Universitário: o que aconteceu na Idade Média. Ressalta o significado de alguns termos, particularmente o de universidade e de bacharel. Passa, em seguida, a considerar a demora no Brasil para chegar à fundação da primeira Universidade somente no ano de 1936. Na atual específica experiência brasileira indica as principais situações, constatando que a universidade se consubstancia cada vez mais das dinâmicas sociais e está submetida aos mesmos processos e às mesmas incertezas do âmbito político, econômico e cultural que afetam as demais instituições sociais. O processo de especialização que foi caracterizando a Universidade, desde a Revolução Industrial, levou a uma “fragmentação” do conhecimento e a uma incapacidade de questionar o “por que” do “saber especializado”. O grande objetivo do “saber”, desde Sócrates, é o “bem” do homem: então o grande objetivo da Universidade deveria ser o “bem da humanidade” na sua atual crise.

Palavras-chave: Surgimento da Universidade. Universidade no Brasil. Universidade hoje.

Abstract: This study seeks to evaluate, first and foremost, the period, locus and disciplines of the University Education's origins, which took place in the Middle Ages. It brings up the meanings of some terms, particularly about university and bachelor's degree. It goes on then, to consider the delay of the Brazil's foundation of the first University which happened only in 1936. In the most recent Brazilian's experience indicates the main situations, verifying that the University substantiate increasingly from social dynamics and is subject to the same processes and uncertainties of the political, economic and cultural scopes which influence other institutions. The process of specialization which increasingly characterizes University, since the Industrial Revolution, led to a “fragmentation” of the knowledge and to an inability to question the “why” of the “specialized knowledge”. The main goal of “Knowledge”, since Socrates, is the welfare of mankind: since then, the main goal of the University should be “Welfare of Mankind” in this recent crisis.

Keywords: Advent of University. University in Brazil. University nowadays.

Introdução

O presente estudo procura responder aos seguintes questionamentos. O que significa a palavra *universidade*? Como ela nasceu no mundo e no Brasil? O que é hoje uma universidade? Quais são seus desafios?

¹ Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos (Universidade de Coimbra). Doutor em Teologia (PUC Lateranense - Roma). Professor e Pesquisador no Programa de Mestrado em Direito do Centro Unisal (SP)

² Mestre em Direito pela PUC/SP. Diretora da Uniesp/Guaratinguetá (SP)

Tais reflexões se justificam diante da necessidade dos professores e dos alunos das Instituições de Ensino Superior (IES) saber quem eles são, onde eles estão e quais problemas eles precisam enfrentar no âmbito do Ensino Superior.

Antes de tudo vai ser realizada uma análise histórica relativa ao período em que as universidades nasceram. Em seguida esta análise vai considerar o surgimento da Universidade no Brasil. E, por fim, procuram-se algumas respostas diante dos atuais desafios da Universidade.

O estudo parte seja de uma revisão bibliográfica, como também da experiência profissional dos autores no mundo universitário.

1. O surgimento das Universidades na Idade Média

Nossa cultura ocidental tem suas raízes na cultura greco-romana, com sucessivas contribuições da visão religiosa judaico-cristã e da influência árabe, particularmente através da utilização dos números.

Ma, ficando com a primeira destas raízes, todos nós sabemos que a maioria das palavras da língua portuguesa provém do latim, ou do grego. E isso se aplica também com a palavra *universidade*, que é de origem latina. Mas, para entender seu significado originário, precisamos remontar ao período no qual as universidades foram criadas: exatamente na Idade Média. As universidades nasceram, pois, nas escolas da Igreja, na Idade Média. Como isso aconteceu?

A Idade Média pode ser caracterizada pela ação *de três vigorosas forças*: a cultura clássica, a influência germânica e o cristianismo. Carlos Magno (747-814) foi o primeiro monarca de origem bárbara que conseguiu criar um império compacto de vasta extensão. Percebeu, com clareza, que um povo para ser forte, precisava possuir unidades de sentimento e educação. Para isso, lançou mão da Igreja, sobretudo da vigorosa organização monacal. Chamou para sua corte sábios eminentes: Paulo, o Diácono, Pedro de Pisa, Rábano Mauro, o poeta Teodulfo, o historiador Eginaldo. O Papa colocou a sua disposição cantores, mestres de gramática, matemáticos. Porém, antes de

mais nada, o maior executor da política educacional de Carlos Magno foi Alcuíno (735-804), um monge inglês beneditino de York.

A atividade educacional de Carlos Magno foi grande: numa contínua série de decretos legislativos, chamados “capitulares”, organizou o sistema de ensino. Preocupou-se, desde logo, com a cultura do clero e dos monges. Chegou a ordenar, em 802, que todos os seus súditos enviassem os filhos à escola.

Sob Carlos Magno, inspirado por Alcuíno, a educação se renovou no Ocidente, chegando a possuir três graus:

- a) educação elementar, ministrada pelo sacerdote de cada paróquia (escolas presbiterais ou paroquiais);
- b) educação secundária, proporcionadas nos mosteiros e nas catedrais (escolas monásticas e catedrais);
- c) educação superior, confiada a uma academia de sábios que instruía na Escola Imperial ou “Palatina” (=palácio) e onde praticamente se preparavam os futuros funcionários. Esta escola era itinerante: seguia a corte em seus deslocamentos.

No século XII, as escolas monásticas e catedrais, com o auge dos estudos filosóficos e teológicos, experimentaram um extraordinário impulso, ao ponto delas se transformarem em institutos de ensino mais elevado. Para esse impulso, contribuiu, de maneira significativa, o encontro entre Oriente e Ocidente, ocorrido com o movimento das Cruzadas. De fato, nos séculos X-XII, a cultura árabe tinha atingido seu clímax. Havia instituições de ensino famosas: primeiro em Bagdá e no Cairo; depois em Córdoba, Toledo e Sevilha. Nestas instituições, além do estudo da língua, da filosofia e da teologia, cultivavam-se a física, a medicina e a matemática. Atraídos por tão brilhante desenvolvimento, sábios e estudantes cristãos dirigiam-se a esses “centros de estudo do mundo árabe”. Foi através deste contato que Aristóteles e muitos clássicos gregos chegaram até a cultura ocidental.

Na organização gremial da Idade Média, o termo *universitas* (= universidade) indicava uma “classe social”, ou uma “profissão. Então, no campo educacional, surgiu a *universitas magistrorum et scholarium*, quer dizer, uma corporação de mestres e alunos, conforme a Carta do Papa Alexandre IV à Universidade de Paris, 14 de abril de 1255 (Apud JOÃO Paulo II, 1990).

As novas instituições pedagógicas de nível superior, que se desenvolveram a partir do século XII, receberam inicialmente o nome de *studium generale* (= estudo geral): não no sentido que incluíssem todos os ramos do saber, mas porque, a diferença dos “estudos locais”, eram dirigidas para todos os estudantes, sem distinção de raça e nacionalidade. A este respeito, é bom lembrar, que em toda a Europa, neste tempo, a língua oficial era o latim: as línguas nacionais ainda estavam em fase de formação. Por isso, os estudantes provenientes de outras “nações” na tinham problemas de comunicação entre eles.

A título de exemplo D. Dinis criava a Universidade mais antiga de Portugal. Datado de 1290, o documento dá origem ao *Estudo Geral*, que é reconhecido no mesmo ano, no dia 9 de agosto pelo papa Nicolau IV, conforme afirma Pacheco:

[...] O Papa Nicolau IV autoriza o Estudo Geral, alude às Faculdades existentes - das Artes, de Direito e de Medicina -, e expressa o privilégio do reconhecimento do *jus ubique docendi* (*direito de lecionar em toda parte*). A fundação do estudo Geral em Lisboa goza, assim, dum estatuto que o diferencia da maioria das universidades espanholas, quase sempre de fundação estritamente real. (PACHECO, 1997, p. 169).

Ressalta-se que o “direito de lecionar em toda parte” significava que o professor formado na universidade podia lecionar em toda a cristandade, com a autorização do papa.

Com o tempo, o nome *studium generale* foi designado para indicar o conjunto das ciências, o estudo geral, ou universal do saber. Só mais tarde, pelo fim do século XIV, o nome de *studium generale* foi substituído por *universitas*. Então, desde o século XIV, o termo “*universitas*” (universidade) passou a indicar aquela instituição que se consagrava ao serviço de todo o saber, nos seus diferentes campos de método de análise. Não existe, pois, nenhum campo de “ser” que não possa e não deva ser explorado.

A primeira universidade europeia foi a escola de medicina de Salerno (Itália). A ela, seguiu-se, ainda na Itália, a de Bolonha, dedicada especialmente ao estudo do direito a fundada, como a de Salerno, no século XII.

Mas nenhuma foi tão importante, para a cultura ocidental, como a de Paris, surgida da escola da catedral de *Notre Dame*, no século XIII, e que modelou as demais universidades europeias. Seguiram-se a ela, no mesmo século, as de Oxford e

Salamanca e, mais tarde, muitas outras, até que pelo fim do século XV, a Europa contava umas oitenta.

A forma de nascimento das universidades é muito variada. Um vem pela autoridade e atração de um mestre (Paris, Salerno, Oxford); outras por fundação do Papa (Roma, Pisa e Montpellier); outras por edito do príncipe (Salamanca, Nápoles); e outras, o que é mais frequente, são criadas por ambos os poderes (Praga, Viena e Lisboa).

Em geral, umas e outras, passando algum tempo, recebiam privilégios dos papas e dos reis. Entre esses privilégios figuravam os de isenção de impostos, o de jurisdição interna para julgar os seus membros e, o mais importante, o direito de conceder graus.

O primeiro deles era o bacharel, uma espécie de auxiliar de ensino; o segundo, o da “licenciatura”, que capacitava para ensinar; e o terceiro era o de “doutor”.

É interessante, a esse respeito, verificar a origem da palavra “bacharel”.

Na Antiguidade, o vencedor de uma competição desportiva recebia uma coroa de louro — *laurus nobilis* (= louro nobre), planta que, por seu contínuo verdor, era assimilada à glória que não murcha. Posteriormente, ela tornou-se o prêmio de generais vitoriosos. À glória militar se associou a intelectual, de maneira que os vencedores de concursos de poesia também recebiam a desejada coroa vegetal como sinal de vitória. Daí a expressão “poeta laureado”.

Com a queda do Império Romano, os ramos do loureiro perderam seu caráter de prêmio militar, mas foi conservado esse significado no campo acadêmico. A universidade a adotou de maneira que o graduando recebia uma coroa de louro (*laurus*), com folhas e bagas (*baccæ*, quer dizer, frutos), passando a ser denominado *bacca laureatus*, em português, bacharel.

Essa coroa de ramos novos, ainda com frutos, representava a glória de haver completado um primeiro grau de formação que o tornava apto para mais altos estudos.

A distinção entre bacharel, mestre (licenciado) e doutor se encontra na Bula *Parens scientiarum*, do Papa Gregório IX (1231). (ARAUTOS, 2016).

Quanto à palavra *licentiatus*, que significa “autorizado” referia-se ao “mestre” que recebia a *licentia docendi*, quer dizer, a “autorização para lecionar” na Universidade.

E *doctor* era o título mais elevado. Até hoje corresponde ao pesquisador que produz conhecimento novo.

Entre os privilégios das universidades havia também o da isenção do serviço das armas.

O método da pedagogia universitária compreendia três momentos: *lectio* (=lição), *quaestio* (=repetição) e *disputatio* (=discussão).

A *lectio* consistia num exposição de certos livros tomados como base de ensino (por exemplo, a Bíblia traduzida em latim por S. Jerônimo e as “Sentenças” de Pedro Lombardo, para a teologia; as obras dos médicos Hipócrates e Galeno, para a medicina).

Depois vinham as repetições, que eram as explicações e os comentários das partes difíceis da ligação, em forma de diálogo entre mestres e alunos.

Na *disputatio*, que se verificava semanalmente, concorriam professores e alunos da faculdade. Um *magister* (= mestre) pronunciava uma conferência; os demais professores apoiavam os pontos de vista da exposição (tese), ou lhes faziam objeção. A *disputatio* era um magnífico expediente para desenvolver a destreza dialética, mas não poucas vezes fomentou o formalismo de sutilezas inúteis.

As universidades se dividiam em *nationes* (= nações), que agrupavam os estudantes de diversos países, os quais, segundo a nacionalidade, costumavam hospedar-se na mesma casa (“hospitia”) e tinham organização autônoma.

Outra divisão era a das “faculdades”. A palavra *faculdade*, em seu sentido de corpo de professores e estudantes consagrados ao ensino e estudo de um ramo do conhecimento humano, originalmente concedia o direito (em latim *facultas*) que o graduado tinha de ensinar.

A universidade plenamente integrada compreendia quatro faculdades: teologia, medicina, direito e artes. O nome desta última provinha da expressão “artes liberais” (gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia) e se referia às disciplinas de estudo desta faculdade; daí possuírem o caráter de transmitir uma certa educação não profissional, e de servirem de introdução às outras três de caráter profissional e superior.

A presença da filosofia (nas “artes”) e da teologia dentro da estrutura universitária era sinal da sociedade medieval, na qual a presença da Igreja era marcante e se procurava um integração entre a ciência e a fé.

A influência das universidades na Idade Média foi grande, tanto política como culturalmente; papas e reis contavam com esta instituição. Culturalmente, representaram o ápice da sabedoria da época até a Renascença, período no qual começaram a declinar por ater-se às tradições escolásticas e não admitir, senão muito tardiamente, as novas ciências (LARROYO, 1974).

2. O surgimento do Ensino Superior no Brasil

Diferentemente do que aconteceu na América Espanhola, no Brasil o Governo Português, em todo o período colonial, não fundou nenhuma universidade. Havia apenas cursos superiores para a formação dos futuros padres. Os que quisessem tornar-se médicos ou advogados, ou engenheiros, precisavam atravessar o Atlântico e estudar em Universidades europeias, geralmente em Coimbra, ou em Paris.

Esta diferença se percebe simplesmente ao considerar que a Universidade de São Marcos, no Peru, já tinha sido criada no século XVI, em 1551.

Mas a “política educacional” na colônia do Brasil foi outra. Desde a colonização, organizada por Dom João III, a partir de 1549, houve apenas a preocupação de catequizar os índios e de educar, num “curso de humanidades” os filhos dos colonos, sendo a atividade educacional confiada à ordem dos Jesuítas.

É preciso, pois, esperar os últimos anos da colonização para que se criem cursos superiores no Brasil. Isso acontece a partir da chegada de Dom João VI no país, em 1808. Era necessário preparar a elite, desta vez no Brasil, que acabava de tornar-se a nova sede do poder português. Criaram-se, então, cursos superiores, com o objetivo de formar médicos, cirurgiões e engenheiros para o exército e a marinha.

Logo depois da independência, a Assembleia Constituinte de 1823 pretendia criar duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda. Mas a dissolução da Constituinte sepultou este projeto. Em compensação, em 1827, são criados cursos jurídicos em São Paulo e Olinda: estes, mais tarde, na década de '50, passarão a denominar-se “faculdades”.

Sucessivamente haverá um grupo de defensores do modelo universitário alemão, caracterizado pela plena liberdade de ensinar e aprender, sendo mantido pelo Estado,

que, porém, respeita a autonomia administrativa e acadêmica. Mas a preocupação com a Abolição da escravidão e com a República, que já se anunciava, relegou para um segundo plano as questões educacionais.

Durante os trinta primeiros anos do regime republicano, apenas algumas vozes esparsas levantaram-se contra o descaso e a pouca frequência com que se propunha a questão da criação da universidade.

Precisa esperar o ano de 1915 para que se formalize, de maneira lacônica e simplificada, o projeto de criação da universidade: o que vai acontecer através do Art. 6º do Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915. Isso será efetivado em 1920, através de um outro decreto, o de nº 14.343, no qual se determinou que a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, todas do Rio de Janeiro, fossem reunidas na “Universidade do Rio de Janeiro”. Na prática, esta Instituição rotulou com o nome de Universidade um agregado de escolas, chamadas de Faculdades.

Por outro lado, o modelo escolhido para a Universidade do Rio de Janeiro serviu de importante ponto de referência, tanto para verificar os pontos negativos da instituição em funcionamento, quanto para orientar o pensamento no sentido de estabelecer a autêntica organização universitária no país (ROMANELLI, 1987).

Mas foi em São Paulo que, aos poucos, foi pensada, planejada e instituída uma Universidade que não fosse uma simples agregação de faculdades. Destacaram-se, nessa reflexão, as contribuições de Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho, Alcântara Machado, Raul Briquet e Lúcio Rodrigues: até que foi criada a Universidade de São Paulo, pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, do então interventor federal no Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, considerado seu fundador.

O Art. 2º do citado Decreto diz:

São fins da Universidade: a) promover pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferencias, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (SÃO PAULO, 1934).

Em poucos anos houve, no Brasil, a multiplicação das Universidades, com uma legislação que procurava definir suas características e suas modalidades de ação,

especificamente nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e 1996. Além das Universidades, desde 1997, apareceu também a modalidade dos “Centros Universitários”: hoje mais de cem; e continuam as Faculdades Integradas, as Faculdades isoladas e os Institutos de Educação Superior.

A realidade da globalização e as exigências do mercado deram um considerável impulso ao Ensino Superior no Brasil, particularmente na rede privada.

3. A Universidade hoje: novos paradigmas numa sociedade globalizada

A partir da época da Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX), as universidades se tornaram sempre mais um instrumento de formação profissional, nos mais diversos campos, intensificando o processo de especialização das ciências: e tudo isso numa sociedade secularizada e com o Estado que assumiu o papel de regulador da educação.

Atualmente, estamos vivendo a época da globalização e da comunicação, com novas tecnologias que desafiam também a Universidade. É também a época da educação continuada, caracterizada pela contínua atualização diante dos novos conhecimentos que a cada dia são produzidos e comunicados.

Na específica experiência brasileira podem-se indicar as seguintes situações que caracterizam a vida universitária.

- a) Os governos, especialmente nos últimos anos, de maneira crescente, introduziram sistemas de avaliação e controle das Instituições de Ensino Superior (IES).
- b) Percebe-se uma escassa relação com a atividade econômica da nação, devido ao fato que os acadêmicos decidiram os conteúdos e os objetivos do ensino superior.
- c) Há mudanças significativas nas demandas do mundo produtivo e dos empregadores.
- d) Há uma progressiva massificação e uma conseqüente heterogeneização dos estudantes.

- e) Os estudos superiores são caracterizados pela internacionalização e pelas expectativas de mobilidade no trabalho.
- f) A crescente escassez dos recursos financeiros leva a uma insistência maior na busca de caminhos diversificados de autofinanciamento.
- g) O sistema de gestão na Universidade se aproxima cada vez mais ao modelo das grandes empresas.

No fundo, de um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico; de lugar reservado a uns poucos privilegiados, tornou-se um lugar destinado ao maior número possível de cidadãos e um espaço em que se destacam as prioridades e as decisões políticas. Além disso, tornou-se um bem cujo beneficiário não é o indivíduo isoladamente, mas o conjunto da sociedade. Já a instituição é vista como prestadora de um “serviço” que se encomenda e que deve resultar na melhor competitividade da força de trabalho da sociedade em que está inserida.

Assim, constata-se que a universidade consubstancia-se cada vez mais das dinâmicas sociais e está submetida aos mesmos processos e às mesmas incertezas do âmbito político, econômico e cultural que afetam as demais instituições sociais.

Em decorrência deste cenário, houve uma evidente mudança na vida e no trabalho dos professores universitários. O que se espera desses profissionais varia ao sabor das grandes mudanças estruturais e funcionais que a universidade vem sofrendo. Os ares de mudança na universidade e, principalmente, a pressão pela qualidade estão levando o corpo docente a revisar seus enfoques e suas estratégias de atuação. Muitos estão fazendo isso de modo voluntário, mas alguns só o fazem sob pressão e sob uma séria resistência.

Apesar destas mudanças, é importante não esquecer a identidade da Universidade que pode ser definida como um centro de criatividade e de irradiação do saber para o bem da humanidade (JOÃO PAULO II, 1990). Para isso, a Universidade se consagra à investigação, ao ensino e formação dos estudantes e a diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais.

Como se vê, trata-se das três funções básicas da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Aliás, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, faz referência explícita a estes três objetivos: “As universidades...obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207). O desafio consiste

em manter esta identidade no meio de mudanças tão rápidas e profundas da sociedade em que vivemos.

A Universidade precisa gozar daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir, eficazmente suas funções e garantir aos seus membros a liberdade acadêmica.

“Liberdade” acadêmica é a garantia, dada a quantos se dedicam ao ensino e à investigação, de, no âmbito de seu campo específico de conhecimento e de acordo com os métodos próprios de cada área, procurar a verdade em toda parte onde a análise e a evidência os conduzam, como também, de poder ensinar e publicar os resultados de tal investigação.

O grande objetivo do “saber”, desde Sócrates, é o “bem” do homem: então o grande objetivo da Universidade deveria ser o “bem da humanidade”.

Por isso, a humanidade está em crise; e, conseqüentemente, a Universidade também está em crise.

É preciso colocar os seguintes questionamentos: que tipo de civilização nós queremos? Que tipo de organização social, política, cultural nós estamos buscando? Atualmente, a estrutura universitária está a serviço de quem? De qual projeto da sociedade?

O problema da fome, da baixa remuneração, da falta de habitação, do desemprego, da educação, passam pelo repensamento global do modelo de civilização que temos.

O processo de especialização que foi caracterizando a Universidade, desde a Revolução Industrial levou a uma “fragmentação” do conhecimento e uma incapacidade de questionar o “por que” do “saber especializado”.

Hoje estamos numa fase de “reconsideração” do caminho da ciência. A “virada” aconteceu quando o homem procurou refletir não simplesmente sobre a “lei da natureza”, mas sobre si mesmo, questionando o rumo da ciência que acabava “destruindo o homem”, quando não estava colocada a serviço do mesmo homem. A tristíssima experiência de duas guerras mundiais no século XX, a idolatria da máquina que degenera o homem e estraga o mundo e as desigualdades econômicas existentes entre o Norte e o Sul do planeta questionam profundamente o caminho da ciência.

O cientista, hoje, deve estar sempre mais convencido de que ninguém tem o monopólio da verdade: por isso, as ciências devem aprender a dialogar entre si; e abrir-se também ao diálogo com a filosofia e com a visão religiosa. A ruptura que no passado

aconteceu entre os vários rumos do saber deve ser substituída com uma volta à “unidade do saber”, colocado a serviço do bem do homem (RAMPAZZO, 2015).

Neste sentido, a Universidade precisa ser representada e reformulada.

Considerações Finais

Para entender a origem da palavra “universidade”, viu-se que o termo, na Idade Média, indicava uma corporação e foi aplicado também para a “corporação de mestres e alunos” de nível superior. Mas o primeiro termo utilizado foi o de “estudo geral” no sentido de que indicava uma instituição aberta para receber alunos de nacionalidades diferentes. Mais tarde o termo acabou indicando a instituição aberta para o conjunto das ciências o estudo geral, ou universal do saber. Tal instituição nasceu nas escolas monásticas ou catedralícias que receberam impulso depois do contato com a cultura árabe que aconteceu na época das cruzadas. Sua estrutura é a base sobre a qual se desenvolveram sucessivamente as universidades. É suficiente pensar aos títulos de bacharel, mestre e doutor.

Tal instituição que se propagou em toda a Idade Média e a época moderna, inclusive na América Espanhola, chegou no Brasil muito tardiamente, no século XX. O que explica a porcentagem ainda reduzida dos que cursam o Ensino Superior neste país.

Mas a Universidade hoje, no mundo inteiro, passa pela reformulação provocada seja pelos fenômenos da globalização e das novas tecnologias da informação, como pela reconsideração do caminho da ciência que precisa ser colocada a serviço do bem da humanidade: da humanidade toda e do homem em todas as suas dimensões.

Dessa maneira, voltando às lições do passado e direcionando o futuro para os valores mais humanos, a Instituição Universitária poderá renovar-se, sempre garantindo a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Referências

ARAUTOS do Evangelho. Qual a origem da palavra “bacharel”? Disponível em: <<https://mundoarautosdoevangelho.wordpress.com/2016/09/01/qual-a-origem-da-palavra-bacharel/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

CHARLES, Christophe; VERGER, Jacques. **Historias das Universidades**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1996.

DAVID, Nivaldo Antonio Nogueira. **A Formação de Professores na Universidade: reflexões acerca da cultura, juventude e trabalho docente**. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/Tese_Nivaldo__A_Nogueira_David.pdf> Acesso em: 30 mar. 2017.

JANOTTI, Aldo. **Origens das universidades: singularidade do caso português**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.

JOÃO PAULO II. **Universidades Católicas**. São Paulo: Paulinas, 1990.

LARROYO, Francisco. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. **História Geral da Pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1974. 2 v.

NASCIMENTO, Luciana de Araújo; COSTA, Célio Juvenal. **Universidades medievais: A singularidade da primeira universidade portuguesa**. In: X JORNADA DO HISTEDBR, 2011, Vitória da Conquista-BA. Jornada HISTEDBR, 2011. p. 1-15.

PACHECO, Maria Cândida Monteiro. **Trivium e Quadrivium. IN: HISTÓRIA da Universidade em Portugal (1290-1536)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. v.I.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 8. Ed.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA EFILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934**. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>>. Acesso em: 30 maio 2017.

SILVA, Alberto Carvalho da. **Alguns problemas do nosso ensino superior. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 269-293, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a14.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Artigo recebido em 31/05/2017

Artigo aceito em 16/06/2017